Data: 09.08.2019
Titulo: Empréstimos para estudantes: Help me, Obi-Wan Kenobi. És a minha única...
Pub: Público
Tipo: Jornal Nacional Diário
Secção: Nacional
Pág: 14
Área: 649cm²/ 69%
Tiragem: 72.253
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 6561127

Empréstimos para estudantes: *Help me*, Obi-Wan Kenobi. És a minha única esperança!

NUNO FERREIRA SANTOS

Susana Peralta

Depois de em outubro ter escrito sobre os empréstimos a estudantes, é ao mesmo tempo revelador e trágico que volte ao assunto em agosto. Revelador porque, volvidos dez meses, a gestão desastrosa desta política mostra uma indiferença inaceitável em face dos sonhos estilhaçados de muitos jovens e suas famílias. Trágico, porque os empréstimos a estudantes são, no atual contexto, a tábua de salvação para o futuro dos jovens de famílias menos abonadas, tal Obi-Wan Kenobi para a Princesa Leia, na saga *Star Wars* da minha infância.

O ascensor social está hoje no diploma de mestrado, que é aquele que estamos a vedar a quem não tenha famílias com contas bancárias chorudas. Já em outubro citei o estudo *Benefícios do Ensino Superior*, da autoria dos economistas Hugo Figueiredo, Miguel Portela, Carla Sá, João Cerejeira, André Almeida e Diogo Lourenço, financiado pela FFMS. O chamado "prémio salarial", isto é, a diferença entre o salário horário bruto de um licenciado e de alguém que tenha terminado o ensino secundário, diminuiu com a reforma de Bolonha, de 85%, em 2006, para cerca de 50% em 2015.

Portugal optou, quando em 2009 foi implementada a reforma de Bolonha, por não controlar o preço dos mestrados, contrariamente à Alemanha, Bélgica ou Holanda, que têm propinas de mestrado iguais às da licenciatura, ou de outros países

Data: 09.08.2019
Titulo: Empréstimos para estudantes: Help me, Obi-Wan Kenobi. És a minha única...
Pub: Público
Tipo: Jornal Nacional Diário
Secção: Nacional
Pág: 14
Área: 649cm²/ 69%
Tiragem: 72.253
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 6561127

que permitem que se cobre um preço mais elevado, como a França ou a Irlanda, mas ainda assim fixam um máximo. Infelizmente, não existe em Portugal informação sistematizada sobre propinas de mestrado. Ainda assim, uma busca rápida na Internet mostra que estas podem atingir os 5000 euros por ano, quando na licenciatura têm um valor máximo de 871,52 euros. A bolsa máxima que um estudante pode ter em Portugal, decidida em função dos rendimentos familiares, é de aproximadamente 4700 euros, acrescida do valor da propina, até ao valor máximo da de licenciatura. Portanto, num cenário otimista, um jovem oriundo de uma família pouco abonada recebe do Estado uns 5600 euros num ano. Chega para as propinas do mestrado e para dois meses de renda. Fica a faltar tudo o resto – os restantes meses do alojamento, alimentação, roupa, despesas de saúde, livros e outro material escolar, deslocações e, de preferência, algum rendimento para socializar e usufruir de tempos de lazer de qualidade. Não é que o chamado crédito universitário com garantia mútua seja um apanágio – por exemplo, no *site* do Millennium BCP ficamos a saber que o montante obtido tem um máximo de 5000 euros por ano e terá de ser reembolsado até 12 anos depois de o jovem obter o diploma. Mas será, certamente, uma ajuda.

Senhor ministro: em vez de anunciar políticas, garanta que elas são bem implementadas

Não há nenhuma solução mágica para o enorme problema da desigualdade no acesso ao ensino superior, de que também falei na semana passada. É pouco provável que a gratuidade o resolva, já que o acesso é baseado em exames e o sucesso no ensino secundário é ele próprio condicionado socialmente. As desvantagens acumulam-se desde muito cedo: o *Education at a Glance*, da OCDE, assinala que Portugal é um dos países em que o acesso à creche e ao ensino pré-escolar é mais desigual. Além disso, as bolsas ou empréstimos não servem apenas para pagar propinas, pelo que mesmo que o ensino fosse gratuito teríamos de utilizar estes instrumentos de política pública.

Os governos podem intervir no mercado de crédito estudante de duas formas. A alternativa mais conhecida é a de conceder empréstimos que serão pagos em função do rendimento obtido no mercado de trabalho. A Austrália foi o país pioneiro na introdução deste tipo de empréstimo, em 1989. Esta é mais complicada de colocar em prática, porque exige cruzamento de informação com a autoridade tributária. Embora nenhum sistema seja perfeito, estes empréstimos têm diversas vantagens: permitem atravessar períodos com baixos rendimentos sem entrar em incumprimento, têm um valor mínimo de rendimento abaixo do qual não são reembolsados e, portanto, conseguem garantir que as pessoas não ficam "com a corda ao pescoço" para pagar a dívida. Por outro lado, como pagam apenas em função do rendimento, as pessoas fazem escolhas de carreira mais livres. Para além disso, este tipo de empréstimos é mais redistributivo, na medida em que quem ganha mais também contribui mais.

Já em Portugal, optou-se pela versão de crédito a estudantes mais simples de implementar, mas não necessariamente a melhor, em que o Estado se compromete a pagar ao banco caso o beneficiário entre em incumprimento. Ainda por cima, chegou tarde e mal amanhado. O ministro Manuel Heitor prometeu "aferir da questão levantada, com vista a um cumprimento claro do que foi acordado". Senhor ministro: em vez de anunciar políticas, abrir linhas de financiamento e depois aguardar que corra mal para "aferir da questão", mais vale garantir que as políticas sejam decentemente implementadas no terreno. Se quer exemplos, sugiro a consulta do *site* oficial australiano www.studyassist.gov.au, onde cada pessoa pode perceber, em linguagem acessível, os meandros do sistema e os direitos que tem. Se pudéssemos ter um parecido em funcionamento antes do início do ano letivo, viveríamos num país mais decente.

Professora de Economia na Nova SBE. Escreve à sexta-feira